



PACTO PELA EDUCAÇÃO

PLATAFORMA ELEITORAL DAS ENTIDADES
ESTUDANTIS PARA AS CANDIDATAS E OS
CANDIDATOS DAS ELEIÇÕES DE 2026



A plataforma eleitoral do movimento estudantil paranaense para 2026 nasce como parte de um projeto nacional de desenvolvimento em um momento crucial da história do Brasil e do Mundo. O mundo enfrenta profundas transformações sociais, econômicas, políticas, ambientais e geológicas. O agravamento das crises climáticas, guerras e conflitos recoloca a instabilidade no centro da vida internacional, enquanto a desigualdade social continua crescendo, mesmo diante dos avanços tecnológicos. É nesse mundo, marcado por contradições e incertezas que a juventude vive de maneira particularmente intensa, marcada por hiperconectividade digital, insegurança material e ausência de perspectivas reais para o futuro.

No Brasil, esse cenário assume uma característica mais profunda. Durante a primeira década dos anos 2000, o país viveu um importante ciclo de crescimento econômico, redução da pobreza, ampliação do emprego formal e expansão das políticas públicas. Pela primeira vez na história do Brasil, milhões de jovens das periferias, do interior, das comunidades tradicionais e filhos do povo trabalhador tiveram acesso a direitos historicamente negados. Com as políticas de expansão universitária, ações afirmativas, assistência estudantil e fortalecimento da rede federal de ensino, vimos uma mudança essencial na cara da universidade pública. Ela deixou de ser espaços para as elites e, mesmo que parcialmente, se tornou uma representação da diversidade do povo brasileiro.

Durante todas as transformações sociais vividas na história recente do Brasil, o movimento estudantil desempenhou um papel fundamental, compreendendo que a educação não é apenas um direito individual, mas sim parte fundamental de um projeto de desenvolvimento nacional e de redução das desigualdades. Assim criando novas perspectivas de mobilidade social, autonomia financeira e participação política. Historicamente, as entidades estudantis sempre estiveram ao lado dos interesses da juventude brasileira e ajudaram a impulsionar debates fundamentais sobre o país. Foram protagonistas na defesa da democracia, da soberania digital, da educação pública de qualidade e na ampliação dos direitos sociais.

Apesar do recente ciclo de transformações, a ausência de reformas profundas no sistema político, tributário e financeiro brasileiro, somada à crise estrutural do sistema capitalista, abriu portas para uma agenda ostensiva de ataques neoliberais e conservadores. Na segunda década dos anos 2000 enfrentamos duras desindustrialização, precarização do trabalho, enfraquecimento das empresas públicas e ataques à ciência, à democracia e à educação. Com isso, produziram-se impactos severos no presente e no futuro da juventude brasileira. Foi neste momento que o movimento estudantil retomou seu papel na resistência democrática e social do nosso país, protagonizando a Primavera Secundarista e os Tsunamis da Educação, denunciando

e enfrentando o desmonte das escolas e universidades públicas, contra os cortes orçamentários para a educação e contra a Emenda Constitucional do Teto de Gastos.

Essa agenda neoliberal colocou o país novamente no mapa da fome, além de consolidar a precarização do trabalho. A crescente expansão no acesso à escola e a universidade passou a conviver com a ausência de perspectivas concretas para a inserção profissional. Muitos jovens passaram a enfrentar a jornada de formação escolar e acadêmica somada ao desemprego, a informalidade, o endividamento e insegurança em relação ao próprio futuro. A evasão tornou-se uma realidade presente na vida de milhares de estudantes, não por desinteresse, mas sim por uma crise multifatorial. Hoje, muitos jovens convivem diariamente com a insegurança alimentar, dificuldades de transporte, a necessidade de trabalhar e a vivência em ambientes de vulnerabilidade social. Sabemos que a matrícula não basta, os estudantes precisam de perspectivas e garantias reais de conclusão do ciclo básico e permanência no ensino superior. É urgente a implementação do Passe Livre Irrestrito, entendemos que o transporte e mobilidade urbana são essenciais e não pode funcionar sob uma lógica de mercado, mas não somente isso, queremos segurança e o efetivo combate à violência nas escolas e universidades, esses espaços precisam ser seguros e acolhedores a todas as pessoas.

No ano de 2016, os estudantes brasileiros foram apresentados ao Novo Ensino Médio, que desencadeou uma série de mobilizações massivas do movimento estudantil contra a reforma. Elas, que de maneira imediata, foram reconhecidas como uma educação tecnicista e que retirava o caráter social e transformador da educação. Hoje, entendemos que a crise na educação brasileira não é ao acaso, mas sim parte de um projeto ostensivo de desmonte. Entendemos que a educação é afetada por uma crise multifatorial, englobando a falta de políticas de permanência, a ausência de um currículo que atenda as demandas da sociedade, que são intensificadas pelas transformações políticas, econômicas, tecnológicas e culturais do nosso século.

Em especial no Paraná, esse cenário adotou uma forma ainda mais grave, transformando o estado em um laboratório do neoliberalismo e do desmonte da educação pública, com a implementação das escolas cívico-militares e privatizações. A inserção de uma lógica hierárquica e de controle transforma a escola em palco de um projeto ideológico, com constantes denúncias de abusos de autoridade, de assédios e violência contra os estudantes. Além disso, a venda escrachada das escolas públicas representa o fim do controle social sobre a escola, onde o dinheiro público é usado para gerar lucro aos grandes grupos empresariais da educação. Foram a UPE, UPES, DCEs, Grêmios Estudantis e as UMES que se colocaram como uma força ativa na defesa de um projeto de país comprometido com o desenvolvimento nacional, soberania,

ciência, direitos sociais e participação social, resistindo aos ataques neoliberais no estado do Paraná.

Apesar do caráter transformador da juventude brasileira, vivemos hoje uma onda de desmobilização dos grêmios estudantis, fundamentados por uma política de ataques à participação da sociedade nas decisões escolares. A educação não pode ser construída sem a participação ativa dos estudantes e de toda a comunidade escolar. Portanto, defendemos que a gestão democrática seja de fato valorizada, com a garantia da autonomia dos grêmios estudantis, em cumprimento integral da Lei Federal 7.398/85 e também da Lei Estadual 11.057/95. Também defendemos a participação integral da comunidade escolar nas decisões das escolas, em cumprimento com o Plano Nacional da Educação e o fim da militarização e das privatizações da educação.

Além disso, vivemos em um ambiente profundamente marcado pelas transformações digitais. A juventude contemporânea está imersa em um ambiente digital que molda suas consciências e referências políticas, cria-se um evidente paradoxo: vivemos uma era de intensa comunicação, mas também de crescente individualismo, isolamento social e fragilização dos vínculos coletivos. Longe de ser uma condição natural dos jovens, esse cenário é uma expressão concreta da luta ideológica de nosso tempo, operando em uma lógica que não é neutra. A tecnologia vem constantemente sendo explorada estrategicamente pela extrema direita para a desinformação e a captura da subjetividade juvenil. Diante da falta de ferramentas críticas dos jovens para lidar com essas plataformas, o grande desafio das forças democráticas e dos movimentos sociais é reinventar suas formas de diálogo, organização e formação política.

Esse aumento da conexão digital vem acompanhado de grandes movimentos extremistas de ataques aos direitos sociais, em especial, das meninas e mulheres. Com a crescente onda de movimentos *Red Pills*, a escola precisa não apenas ser um espaço de educação, mas também um espaço de acolhimento e segurança. Por isso defendemos uma agenda focada na construção de políticas públicas voltadas a uma escola sem assédio. Queremos que cada estudante tenha a segurança de existir sem medo, que a formação escolar possa ser mais do que apenas um diploma, mas uma lição para a vida.

Após anos de ataques aos direitos sociais, a educação e a ciência, abriu-se portas para o enfrentamento dessa escalada de ataques autoritários e assim, reconstruir as políticas públicas fundamentais para a população brasileira. Mas a reconstrução por si só não basta, mesmo com os avanços recentes, o governo segue limitado por uma política econômica que dificulta maiores investimentos sociais. A juventude exige transformações concretas em suas condições de vida, queremos que as riquezas populares sejam colocadas a serviço das necessidades do povo,

garantindo emprego digno, educação pública de qualidade, moradia, cultura, ciência e oportunidades para construir seu futuro. A educação e a produção científica e tecnológica precisam ser o eixo direcionador da política econômica, isso significa priorizar o investimento nas universidades estaduais - patrimônio científico e cultural do nosso povo - garantindo verbas orçamentárias para infraestrutura, contratação de docentes e ampliação das políticas de permanência estudantil. Exige um projeto nacional de desenvolvimento que coloque o trabalhador no centro das decisões e realize os sonhos da maioria e não apenas para gerar lucro para uma minoria.

Vemos a disputa que se apresenta em 2026 não apenas como uma disputa eleitoral. É uma disputa de imaginário, de valores e de perspectivas de vida. Queremos não apenas concluir o ensino médio, mas também ingressar em uma universidade com garantias de conclusão. Queremos que a formação técnica e o ensino superior estejam conectados com as necessidades da nossa sociedade. Com as crescentes crises climáticas, as universidades, que são um espaço fundamental de desenvolvimento científico e tecnológico, precisam de orçamento para pesquisa, buscando encontrar respostas para questões imediatas do nosso tempo. Queremos não apenas nos formar e trabalhar, mas também viver com dignidade e um horizonte coletivo.

Diante disso, entendemos que a Universidade deve ser o centro do desenvolvimento científico e tecnológico, mas isso não cabe dentro das diretrizes da Lei Geral das Universidades (LGU). O Estado do Paraná conta com o maior número de Universidades Estaduais, mas em contrapartida, hoje contamos com um teto de gastos e orçamento insuficiente para que possam desenvolver toda a pesquisa e formar pessoas qualificadas para enfrentar as grandes questões do nosso tempo. Cada universidade possui suas especificidades e o orçamento das universidades precisa atender às suas demandas. Queremos um orçamento que não só possa garantir a produção científica, mas também garantir a ampliação das políticas de assistência estudantil.

Nesse contexto, a UPE, UPES e o movimento estudantil paranaense apresentam esta plataforma não apenas como um conjunto de reivindicações setoriais, mas como parte estruturante de um projeto nacional de desenvolvimento que articule soberania nacional, desenvolvimento econômico, educação pública, trabalho digno, sustentabilidade, democracia, ciência e tecnologia, redução das desigualdades e reconstrução da capacidade coletiva de imaginar um futuro melhor.

EIXO 1: ENSINO BÁSICO E ENSINO MÉDIO

PAUTA 1 - O problema da escola não é apenas pedagógico.

A crise do Ensino Médio brasileiro ultrapassa os limites do currículo e da aprendizagem. A evasão escolar não é apenas por desinteresse, mas sim por que os jovens diariamente enfrentam obstáculos cotidianos incompatíveis com o direito à educação: necessidade de trabalhar, insegurança alimentar, sofrimento psíquico, violência nos territórios, discriminação, ausência de redes de proteção e falta de perspectiva em relação ao futuro.

Nesse contexto, políticas como o **Pé-de-Meia** representam um avanço importante ao reconhecer que a permanência escolar também depende das condições econômicas das famílias, mas evidências recentes demonstram que o incentivo financeiro não é suficiente para a garantia da conclusão do ciclo básico. Sua efetividade depende da articulação com políticas estruturais de educação, assistência social, saúde, cultura e proteção integral. Da mesma forma, os recentes protocolos nacionais de enfrentamento à violência extrema nas escolas (2025) evidenciam que a permanência também pressupõe escolas seguras, acolhedoras e preparadas para prevenir diferentes formas de violência, o que só é possível por meio da promoção da convivência democrática, da cultura de paz, da escuta ativa, da participação estudantil e da atuação integrada entre educação, saúde, assistência social, segurança pública e demais políticas sociais.

A Nova Escola compreende, portanto, que a permanência estudantil deve deixar de ser tratada como uma política compensatória e passar a constituir uma política nacional estruturante, baseada na garantia das condições materiais, emocionais e institucionais necessárias para que todos os jovens possam aprender, permanecer e concluir sua trajetória escolar.

COMO:

- Consolidar o **Pé-de-Meia** como política permanente de Estado, articulada a programas estaduais e municipais de permanência estudantil.
- Realizar, em 2028, uma avaliação nacional do primeiro ciclo do Programa Pé-de-Meia, considerando não apenas indicadores de frequência escolar, mas também permanência, aprendizagem, conclusão do Ensino Médio e redução das desigualdades.
- Instituir uma **Política Nacional de Permanência Estudantil**, integrando educação, assistência social, saúde, cultura, esporte e trabalho em estratégias intersetoriais de proteção às juventudes.
- Instituir um Programa de Passe Livre Estudantil para a educação básica abrangendo todo território nacional;

- Ampliar a alimentação escolar, garantindo segurança alimentar durante toda a jornada dos estudantes, especialmente nas escolas de tempo integral, visando à universalização.
- Instituir uma **Política Nacional de Saúde Mental na Educação Básica**, com equipes multiprofissionais, protocolos permanentes de acolhimento, promoção do bem-estar e prevenção do sofrimento psíquico.
- Universalizar a presença de psicólogos e assistentes sociais nas redes públicas de ensino, fortalecendo a implementação da Lei nº 13.935/2019.
- Implementar, em todas as redes públicas, protocolos de prevenção e resposta às violências escolares, articulados ao Programa Escola que Protege, priorizando cultura de paz, práticas restaurativas, participação estudantil e formação continuada dos profissionais da educação.
- Criar Planos Territoriais de Permanência Estudantil, articulando escolas, unidades de saúde, assistência social, conselhos tutelares e organizações comunitárias para acompanhamento dos estudantes em situação de vulnerabilidade.
- Tornar o programa Busca Ativa Escolar, para estudantes com risco de abandono escolar, como parte de uma política permanente de assistência social nacional.
- Instituir políticas específicas de permanência estudantil para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, racial, de gênero, pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas, populações do campo e comunidades tradicionais, garantindo equidade no acesso, na permanência e na conclusão da Educação Básica.

PAUTA 2 - A crise da escola também é uma crise de projeto formativo.

A crise do Ensino Médio brasileiro não pode ser reduzida ao debate sobre a Reforma do Ensino Médio ou à organização do currículo, pesquisas apontam para um problema mais profundo: a ausência de um projeto formativo capaz de responder às transformações vividas pela juventude brasileira e aos desafios do século XXI. Além disso, as reformas curriculares precisam ser acompanhadas pela valorização dos profissionais da educação, com formação inicial e continuada de qualidade, condições adequadas de trabalho e autonomia pedagógica, que são medidas indispensáveis para o fortalecimento da aprendizagem.

As sucessivas reformas no ensino médio falham em dialogar com as pesquisas educacionais, perpetuando as desigualdades educacionais, a fragmentação curricular e a dualidade entre formação geral e formação profissional, ao mesmo tempo que novas agendas passam a ocupar o centro do debate na educação. A Nova Escola assume uma responsabilidade que vai além da transmissão de conteúdos, enfrentando desafios como a expansão da inteligência artificial, a desinformação crescente nas redes digitais, fortalecimento dos discursos

de ódio e mudanças climáticas. O debate sobre o currículo escolar não deve ser apenas uma reorganização, mas sim garantir uma formação sólida, articulada às diferentes realidades do país integrando conhecimento científico, cultura, tecnologia, cidadania, democracia, direitos humanos e trabalho de modo a permitir uma compreensão crítica da realidade, para que os estudantes possam participar da construção de uma sociedade mais justa.

A educação ambiental, por exemplo, deve deixar de ser apenas um tema transversal para se tornar uma política contínua de formação cidadã, articulada à justiça ambiental e à transição para uma economia de baixo carbono.

Mais do que responder às demandas imediatas do mercado de trabalho, a escola deve formar sujeitos capazes de aprender continuamente, produzir conhecimento e inovar. A perspectiva deve ser a entrada na universidade, acessar o mundo do trabalho, participar da vida democrática e usar criticamente as novas tecnologias. A formação integral precisa dialogar com o presente e preparar para o futuro, pressupondo que ciência, humanidades, artes, cultura, educação física e educação profissional dialoguem entre si contribuindo para o desenvolvimento pleno dos estudantes.

A Nova Escola compreende que a crise do Ensino Médio não será superada apenas pela alteração de matrizes curriculares. O desafio consiste em reconstruir o sentido social da escola, transformando-a em um espaço onde aprender, criar, pesquisar, conviver e participar sejam experiências integradas de formação humana. A escola do futuro não deve apenas preparar jovens para o próximo vestibular ou para o primeiro emprego, mas formar cidadãos capazes de enfrentar os desafios democráticos, tecnológicos, ambientais e sociais que marcarão o Brasil nas próximas décadas.

COMO:

- Consolidar um currículo nacional integrado, garantindo formação comum de qualidade para todos os estudantes e superando a fragmentação curricular.
- Superar definitivamente os aspectos excludentes do Novo Ensino Médio, assegurando que toda reforma curricular seja construída com ampla participação de estudantes, professores, pesquisadores e redes de ensino.
- Fortalecer as Ciências da Natureza, as Ciências Humanas, a Matemática, as Linguagens, as Artes e a Educação Física como componentes essenciais da formação integral.
- Restabelecer a oferta obrigatória da língua espanhola no Ensino Médio, fortalecendo a integração latino-americana, a formação cultural e as oportunidades acadêmicas e profissionais da juventude brasileira.

- Instituir a educação ambiental e climática como política permanente e eixo transversal da Educação Básica, integrando o estudo dos biomas brasileiros, a proteção da biodiversidade e a sustentabilidade, preparando os estudantes para os desafios científicos, tecnológicos e econômicos da transição ecológica e energética, da descarbonização da economia e das mudanças climáticas, promovendo a justiça ambiental e a conservação como pilares da formação cidadã.
- Garantir a implementação plena das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, fortalecendo a educação antirracista, o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena e o combate às desigualdades raciais.
- Fortalecer a educação para a igualdade de gênero e para o respeito à diversidade, promovendo a prevenção das violências de gênero, o enfrentamento ao sexismo, à misoginia e à LGBTfobia, e a construção de relações baseadas no respeito aos direitos humanos e à dignidade de todas as pessoas.
- Incorporar a educação midiática, a cultura digital e o letramento em inteligência artificial ao currículo da Educação Básica, promovendo o uso crítico, ético e responsável das tecnologias digitais.
- Expandir laboratórios de Ciências, tecnologia, robótica e cultura maker, fortalecendo a iniciação científica e a inovação nas escolas públicas.
- Integrar a formação geral e a educação profissional, garantindo que a preparação para o mundo do trabalho esteja articulada à formação científica, cultural e cidadã.
- Fortalecer a formação inicial e continuada dos professores para os desafios da educação digital, da educação climática, da educação antirracista e das metodologias interdisciplinares.
- Estimular metodologias que valorizem pesquisa, resolução de problemas, participação estudantil, produção cultural, extensão comunitária e aprendizagem baseada em projetos.
- Construir projetos de vida articulados às realidades, aos territórios, às culturas e às diferentes trajetórias das juventudes brasileiras, valorizando seus saberes, identidades e perspectivas de futuro.
- Instituir uma política nacional de inovação curricular, com monitoramento permanente, avaliação participativa e atualização periódica das políticas educacionais à luz das evidências produzidas pela pesquisa científica.
- Implementar a Lei nº 14.164/2021 em todas as redes de ensino, fortalecendo a prevenção das violências contra as mulheres, a promoção da igualdade de gênero e a construção de relações baseadas no respeito aos direitos humanos.

- Estimular projetos interdisciplinares de sustentabilidade, ciência cidadã e protagonismo estudantil voltados à proteção ambiental.

PAUTA 3 - A democracia também é uma condição para aprender.

Entendemos que a qualidade da educação depende da capacidade da escola de reconhecer os estudantes como sujeitos de direitos e participantes ativos da vida escolar. Embora a participação estudantil tenha sido compreendida como atividade complementar ao processo educativo, pesquisas recentes demonstram que a democracia escolar é uma dimensão estruturante da aprendizagem. Quando estudantes participam das decisões da escola desenvolvem maior sentimento de pertencimento, fortalecem vínculos com a comunidade escolar e tendem a construir relações mais positivas com o conhecimento.

Ao mesmo tempo, é evidente que as escolas brasileiras em geral mantêm estruturas fortemente centralizadas, com pouca participação dos estudantes quanto às mais diversas decisões relacionadas à escola. Essa distância entre gestão e comunidade escolar produz desinteresse e enfraquece o compromisso coletivo com a escola. Nos últimos anos, é notável que as ocupações estudantis, a reorganização dos grêmios e também as mais diversas mobilizações estudantis demonstram que os jovens querem mais do que ser consultados, os estudantes reivindicam o direito de compartilhar decisões que afetam diretamente sua formação.

Ressalta-se também o contexto paranaense, nos últimos anos, com a implementação das escolas cívico-militares e privatizadas, a democracia deixa de prevalecer. Ambos os modelos de escola são implementados em sua maioria sem a ampla participação da sociedade na decisão de adesão ou não dos programas, além da irreversibilidade da adesão. Quando implementados, os colégios cívico-militares adotam uma lógica hierárquica e de controle dos estudantes, retirando o papel de formar cidadãos críticos na sociedade, já as escolas privatizadas, retiram os espaços de decisão da escola das mãos da comunidade e os colocam como papel da empresa gestora.

O Paraná passa também por um grande processo de desmonte dos grêmios e espaços de representação da comunidade. As diretrizes da Secretaria de Estado da Educação descumprem nominalmente as legislações que garantem a autonomia das entidades estudantis, colocando suas atuações restritas a autorizações de instâncias alheias e também retirando o poder de alterações e produções dos documentos que norteiam suas atuações, como seus estatutos. Na prática, hoje os grêmios são vistos como mera necessidade burocrática e não de fato uma parte estruturante da gestão escolar.

A democracia e participação estudantil deve ser entendida como apenas um conteúdo curricular ou princípio pedagógico, ela deve ser parte da própria experiência cotidiana da escola, de modo a garantir a formação de estudantes capazes de argumentar, dialogar, deliberar,

respeitar diferenças e construir soluções coletivas para os desafios da sociedade. Por isso, democratizar a escola pública significa fortalecer sua capacidade de formar cidadãos críticos, participativos e comprometidos com a defesa da democracia brasileira.

COMO:

- Garantir a existência de grêmios estudantis autônomos em todas as escolas públicas, assegurando condições materiais e institucionais para seu funcionamento, bem como o cumprimento integral da Lei Federal 7.398/85 e também da Lei Estadual 11.057/95.
- Instituir programas permanentes de formação para lideranças estudantis, fortalecendo a participação política, a cultura democrática e os direitos humanos.
- Garantir a revogação das Escolas Cívico Militares e do Programa Parceiros da Escola, devolvendo o poder de decisão às comunidades escolares.
- Implantar o Orçamento Participativo Estudantil, garantindo que parte dos recursos destinados à escola seja deliberada com participação direta dos estudantes.
- Fortalecer os Conselhos Escolares, assegurando caráter deliberativo, representação estudantil e participação efetiva da comunidade escolar nas decisões pedagógicas, administrativas e financeiras.
- Estabelecer processos democráticos de escolha das direções escolares, valorizando a participação da comunidade educativa e critérios técnicos de gestão.
- Garantir a participação estudantil na elaboração, acompanhamento e avaliação dos Projetos Político-Pedagógicos das escolas.
- Criar Assembleias Escolares periódicas como espaço permanente de diálogo entre estudantes, professores, gestores e famílias.
- Desenvolver políticas nacionais de incentivo às práticas restaurativas, à mediação de conflitos e à cultura de paz como estratégias de fortalecimento da convivência democrática.
- Combater processos de militarização da educação pública que restrinjam a participação estudantil, a autonomia pedagógica e a gestão democrática das escolas.
- Instituir Núcleos de Paz em todas as escolas públicas, promovendo mediação de conflitos, cultura de paz, justiça restaurativa, participação estudantil e prevenção das violências.
- Transformar as campanhas de enfrentamento às violências nas escolas em políticas permanentes de Estado, com formação continuada, acompanhamento das redes de ensino e participação da comunidade escolar.

- Implementar o Protocolo Dandara Pedrita nas redes públicas de ensino, assegurando acolhimento, inclusão, respeito ao nome social e garantia de direitos para estudantes trans e não binários.
- Instituir um Programa Nacional de Educação para a Democracia, promovendo educação midiática, participação social, enfrentamento à desinformação, respeito à diversidade e fortalecimento da cidadania.
- Ampliar o Programa Escola e Comunidade (Proec).

PAUTA 4 - A infraestrutura virou tema pedagógico.

A infraestrutura escolar deixou de ser um tema puramente administrativo para se tornar central na qualidade da educação, indo muito além da simples construção de prédios e salas de aula. Pesquisas e escutas com estudantes revelam que fatores como climatização, conectividade, laboratórios, bibliotecas, acessibilidade e segurança são essenciais para a aprendizagem. Os desafios atuais, como as recentes ondas de calor e a expansão tecnológica, exigem ambientes educativos de qualidade e estruturados para acolher essas transformações. Dados do **Anuário Brasileiro da Educação Básica de 2025** comprovam essa urgência ao mostrar que, embora as escolas tenham acesso à internet, menos da metade dispõe de conexão adequada para uso pedagógico. Além disso, a falta de climatização universalizada compromete diretamente o conforto térmico e o desempenho escolar, evidenciando que possuir equipamentos não basta se eles não atenderem efetivamente às necessidades pedagógicas.

Diante desta realidade, propomos a ampliação do conceito tradicional de infraestrutura para **Infraestrutura para Aprender**, que pode ser melhor compreendido como a reunião de dimensões como: **infraestrutura física** (Condições materiais de ensino/aprendizagem.); **infraestrutura digital** (qualidade da conexão; Wi-Fi nas salas; equipamentos; plataformas abertas; segurança digital; inteligência artificial); **infraestrutura climática/sustentável** (pensando em escolas resilientes às mudanças climáticas contendo arborização, salas climatizadas, energia solar, captação da água da chuva, protocolos para ondas de calor extremos, eficiência energética, prevenção de enchentes e apoio à comunidade em casos de calamidade, incentivo à economia verde e ao desenvolvimento sustentável dos territórios); **infraestrutura científica** (laboratórios maker, de informática, de ciências, de mídia, de IA, de biodiversidade e observatórios climáticos); **infraestrutura democrática** (garantindo o fortalecimento de espaços democráticos como sede do grêmio estudantil, rádio escolar, estúdios de podcast, orçamento participativo) e **infraestrutura do cuidado** (conjunto de espaços, equipamentos, serviços e condições que garantem o bem-estar físico, emocional, social e ambiental de estudantes,

professores e demais trabalhadores da escola, reconhecendo que aprender também depende de se sentir acolhido, seguro e pertencente ao ambiente escolar.).

Essa compreensão desloca o debate da simples construção de prédios para a garantia do direito de aprender. Uma escola de qualidade não é apenas aquela que possui paredes, laboratórios e computadores, mas aquela que oferece condições para que todos os estudantes aprendam com dignidade, segurança, conforto, acesso às tecnologias e pertencimento à comunidade escolar.

COMO:

- Universalizar a climatização das salas de aula e implementar um Programa Nacional de Escolas Resilientes às Mudanças Climáticas, com arborização, ventilação natural, eficiência energética, captação de água da chuva e protocolos para eventos climáticos extremos.
- Garantir internet de alta velocidade em todas as escolas públicas, com cobertura Wi-Fi em ambientes pedagógicos, equipamentos adequados, plataformas digitais abertas e políticas de segurança digital.
- Implantar laboratórios de Ciências, robótica, cultura maker, inteligência artificial, comunicação e inovação em todas as escolas de Ensino Médio.
- Modernizar e ampliar bibliotecas escolares, integrando acervos físicos e digitais, espaços de estudo e produção cultural.
- Instituir um Programa Nacional de Infraestrutura para Aprender, articulando seis dimensões da infraestrutura escolar: física, digital, climática, científica, democrática e do cuidado.
- Criar espaços permanentes de participação estudantil, como sedes de grêmios, auditórios, rádios escolares, estúdios de mídia e ambientes destinados às assembleias escolares.
- Fortalecer a infraestrutura do cuidado, garantindo salas de acolhimento, atendimento multiprofissional, áreas de convivência, acessibilidade universal, alimentação adequada, água potável e espaços destinados à promoção da saúde física e mental.
- Implementar um sistema nacional de monitoramento da infraestrutura escolar, utilizando indicadores de qualidade para orientar investimentos e reduzir desigualdades entre as redes públicas.
- Implantar sistemas de energia solar nas escolas públicas.
- Implementar programas nacionais de eficiência energética.
- Criar políticas de gestão de resíduos e economia circular nas unidades escolares.

- Estimular hortas escolares, compostagem e educação ambiental integrada à infraestrutura.
- Financiar o Plano Nacional de Escolas Sustentáveis.

PAUTA 5 - A escola precisa responder à revolução tecnológica.

As transformações tecnológicas e a expansão da inteligência artificial (IA) impõem novos desafios ao Ensino Médio, tornando a Educação Digital indispensável no século XXI para o desenvolvimento de competências técnicas e críticas. Embora a tecnologia seja um instrumento de transformação social e cidadania, seu uso gera preocupações relacionadas à saúde, desigualdades, disseminação de fake news, cyberbullying e segurança digital, afetando sobretudo as populações mais vulneráveis. Para lidar com esse cenário, o governo instituiu a Política Nacional de Educação Digital (PNED), por meio da Lei nº 14.533/2023. No entanto, a efetivação dessa política ainda esbarra de forma significativa na falta de infraestrutura e de suporte técnico, especialmente nas áreas rurais e periferias do país.

Neste campo, surge a necessidade urgente do Letramento em Inteligência Artificial, já que a IA deixou de ser apenas uma ferramenta para se tornar uma mediadora cognitiva e afetiva que influencia interpretações cotidianas. No ambiente escolar, a IA traz grandes potenciais, como a personalização do ensino e o acesso rápido à informação, mas seu uso irresponsável ameaça o desenvolvimento crítico e agrava vulnerabilidades socioeconômicas e emocionais. Portanto, o letramento deve ir além do simples funcionamento técnico, capacitando o jovem para analisar a IA de forma crítica, consciente, ética, política e cultural. Paralelamente, essa revolução tecnológica também afeta a relação da juventude com o mercado de trabalho, cenário em que os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) — criados pela Lei nº 11.892/2008 para compor a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) — assumem um papel essencial para modernizar a formação e combater as desigualdades tecnológicas.

Os IFs que atuam na educação básica, profissional e superior, são fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico, a justiça social e o suporte à produção local. Defendemos a expansão, interiorização e consolidação dessa rede para atrair a juventude a um ensino técnico que seja amplo e humano, superando a visão puramente tecnicista. Ao fomentar projetos de inovação protagonizados pelos próprios estudantes, incentiva-se o trabalho coletivo, a aprendizagem ativa e o desenvolvimento de cidadãos capazes de enxergar os problemas sociais de seus territórios e propor soluções técnicas devidamente contextualizadas.

COMO:

- Avaliar a Política Nacional de Educação Digital sancionada em 2023.

- Desenvolver a Estratégia Nacional de Letramento em Inteligência Artificial.
- Dar continuidade à implementação da Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (Enec), com a expansão da oferta de computadores, tablets e celulares para uso escolar e ampliação da cobertura de internet com qualidade nas escolas, acompanhada de suporte técnico.
- Dar continuidade à política de expansão e interiorização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).
- Avaliar o impacto da interiorização dos IFs no desenvolvimento regional.
- Fomentar projetos de inovação conduzidos pelos próprios estudantes.
- Expandir o programa Mais Ciência na Escola.
- Regulamentar o Ensino Técnico Integrado.
- Ofertar novos cursos nos IFs relacionados à transformação digital, bioeconomia, transição energética e sustentabilidade.
- Criar mecanismos de avaliação da empregabilidade dos alunos egressos dos IFs.
- Criar a Política Nacional de Transição da Escola para o Trabalho.

EIXO 2: ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

PAUTA 1 - 10% do PIB para educação pública, mais transparência no financiamento e fortalecimento do Sistema Nacional de Educação

O novo Plano Nacional de Educação (PNE) renovou a meta de 10% do PIB investidos em educação pública, não alcançada nos 10 anos do plano anterior, e continuará a enfrentar os desafios de ampliar o investimento num cenário de restrição fiscal. O Brasil investe hoje pouco mais de 5% do PIB em educação, abaixo da média da OCDE, com pouca coordenação entre união, estados e municípios que possa contribuir para ampliar a integração entre diferentes níveis de ensino. O fortalecimento de um Sistema Nacional de Educação, que integre a gestão administrativa e financeira, assim como o currículo e o projeto social da educação infantil até à pós-graduação são fundamentais para uma educação ligada a um projeto popular e soberano.

COMO:

- Cumprir integralmente a meta de 10% do PIB para educação pública prevista no PNE, garantindo tratamento prioritário nos orçamentos anuais.
- Aprovar e implementar plenamente o Sistema Nacional de Educação (SNE), conforme previsto na EC 108/2020, com instâncias permanentes de pactuação federativa, padrões nacionais de qualidade e responsabilização dos entes.
- Criar mecanismos públicos e digitais de transparência orçamentária da educação, com painéis abertos que detalhem a execução dos recursos por etapa, programa e ente federado, acessíveis ao controle social.
- Garantir a implementação plena, com transparência na destinação, dos royalties do petróleo e do Fundo Social do Pré-sal para a educação, conforme aprovado no PL 3118/2024.
- Fortalecer o Fórum Nacional de Educação, o Conselho Nacional de Educação e os Conselhos Estaduais de Educação como instâncias de controle social, com participação efetiva do movimento estudantil.

PAUTA 2 - Recomposição orçamentária e reforma no modelo de financiamento e gestão das Universidades e Institutos Federais

Responsáveis pela formação estratégica do país, as universidades e institutos federais agonizam sob quase uma década de subfinanciamento e sucessivos contingenciamentos. O abismo das prioridades estatais é evidente: em 2024, o orçamento de R\$35 bilhões destinado a 314 campi e pesquisas foi 27 vezes menor que o gasto com os juros da dívida pública. O estrangulamento agravou-se em 2025 com o bloqueio de mais de 30% dos recursos,

inviabilizando o pagamento de bolsas, custeio e obras, e escancarando a dura realidade de um orçamento real sob o governo Lula que permanece inferior aos patamares pré-pandemia dos governos de Temer e Bolsonaro. Somado a isso, a atual Matriz de Alocação de Recursos (OCC) perpetua desigualdades históricas ao ignorar os verdadeiros custos de manutenção, expansão e assistência estudantil. Diante desse desmonte financeiro contínuo, torna-se insustentável qualquer projeto de desenvolvimento nacional, pois é absolutamente impossível erguer um país soberano com suas universidades operando no estrito limite da sobrevivência.

COMO:

- Encaminhar com urgência ao Congresso Nacional Projeto de Lei que garanta orçamento fixo e protegido para as universidades e institutos federais, com correção automática pela inflação acumulada e mecanismo de expansão vinculado ao crescimento das demandas acadêmicas, estudantis e de pesquisa.
- Recompôr o orçamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) ao patamar pré-2016 em valores reais, revertendo o desmonte dos governos Temer e Bolsonaro, garantindo mais verbas para aumento de vagas em instituições públicas.
- Reformar a Matriz OCC com critérios públicos, transparentes e democráticos, que considerem assistência estudantil, ações afirmativas, expansão regional e produção científica. Garantir autonomia financeira, didático-científica e administrativa plena às IFES, conforme o artigo 207 da Constituição.
- Recompôr a carreira docente e técnica com plano salarial digno, reabertura de concursos públicos e fim da terceirização nos serviços essenciais.
- Construir um Grupo de Trabalho amplo, com participação das universidades, movimento estudantil, movimento sindical e representantes do governo e da sociedade civil para discutir uma nova forma de financiamento e autonomia administrativo-financeira das IFES.
- Maior transparência no uso dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal, com participação efetiva da UNE e dos movimentos sociais no Conselho Gestor do fundo.
- Construção de um plano para o estabelecimento do livre acesso à educação superior.

PAUTA 3 - Financiamento e autonomia das Universidades Estaduais

O Estado do Paraná possui o maior sistema de Universidades Estaduais do país (UEL, UEM, UEPG, UNIOESTE, UNICENTRO, UENP e UNESPAR), sendo responsável por quase metade das matrículas do ensino superior público no estado e pela esmagadora maioria da produção científica, tecnológica e de extensão regional. Entretanto, desde a sanção da Lei Geral das Universidades (LGU - Lei Estadual nº 20.933/2021), essas instituições enfrentam um

problema estrutural no seu financiamento e gestão. A LGU limita substancialmente a forma como as universidades podem gerir seus recursos, ferindo, na prática, a sua autonomia didático-científica e administrativa garantida pela Constituição. Ao impor um engessamento burocrático e uma planificação artificial dos custos, a LGU ignora as diferentes realidades regionais, as metodologias e as necessidades específicas das diferentes ementas e cursos de cada instituição. Esse cenário empurra as estaduais para a precarização das suas infraestruturas e inviabiliza a utilização de recursos que antes eram definidos estrategicamente por cada universidade. A universidade não cabe em uma única métrica imposta de cima para baixo. Defendemos que as IEES recuperem a sua autonomia plena na gestão de seus recursos, para que possam, por meio de seus conselhos deliberativos e democráticos, definir as prioridades de aplicação orçamentária de acordo com as necessidades específicas de cada comunidade acadêmica.

COMO:

- Revisão imediata da Lei Geral das Universidades (Lei nº 20.933/2021) incluindo amplo debate com a comunidade acadêmica e também a garantia da autonomia das universidades estaduais.
- Aprovação de uma lei que garanta a vinculação de um percentual fixo, exclusivo e protegido da Receita Corrente Líquida (RCL) do Estado do Paraná para o financiamento das universidades estaduais, blindando-as de contingenciamentos políticos governamentais.
- Retomada urgente de concursos públicos para a contratação de docentes e agentes universitários (técnicos administrativos), substituindo a lógica precarizante e instável dos contratos temporários (PSS) e terceirizações impostos pelo subfinanciamento.
- Garantir que a distribuição dos recursos internos seja feita integralmente pelos Conselhos Universitários (com participação e voto paritário dos estudantes), respeitando as especificidades metodológicas e as demandas de laboratórios, assistência estudantil e pesquisa de cada campus.

PAUTA 4 - Reforma Universitária popular: por uma universidade democrática, com permanência e conectada às demandas sociais

Apesar dos avanços no acesso ao ensino superior, a Reforma Universitária, pauta histórica da UNE desde a década de 1960, permanece negligenciada, mantendo um cenário de democracia interna corrompida, onde eleições paritárias são desrespeitadas e a participação estudantil é fortemente marginalizada. Esse déficit estrutural reflete-se na alarmante taxa de evasão que atinge metade dos ingressantes e castiga cruelmente cotistas e jovens de baixa renda,

evidenciando a ausência de políticas robustas de permanência. Agrava-se a isso a alienação dos currículos frente a urgências sociais do país, como a transição ecológica e o combate ao racismo, reduzindo a extensão universitária a um papel secundário e precarizado. Para romper esse isolamento e reconectar a academia à sociedade, o Projeto Milton Santos emerge como uma proposta indispensável para estruturar a extensão e fazer cumprir o preceito constitucional do tripé universitário. É inaceitável que territórios periféricos, rurais, indígenas e quilombolas sigam alijados do conhecimento acadêmico que poderia solucionar suas demandas concretas. Portanto, a consolidação de uma Reforma Universitária Popular, orientada para a justiça social e fundamentada na permanência estudantil, é uma tarefa civilizatória inadiável para que a universidade reassuma seu papel transformador e emancipatório no seio do povo brasileiro.

COMO:

- Construir uma comissão paritária para elaborar um projeto de Reforma Universitária Popular construída em conjunto com as universidades, movimento estudantil, sindicatos e movimentos sociais, com cronograma de atividades e prazos de entrega.
- Paridade nos conselhos universitários e eleições diretas para reitores com voto igualitário entre estudantes, docentes e técnicos.
- Garantir a regulamentação plena da autonomia universitária prevista no artigo 207 da Constituição, incluindo autonomia orçamentária, financeira e didático-científica, além de impedir intervenções políticas nas reitorias.
- Colocar a permanência estudantil no centro da reforma, com programas universais de moradia, alimentação, transporte e saúde mental como direitos do estudante.
- Estruturação de políticas permanentes de acolhimento, cuidado e promoção da saúde mental, articuladas à assistência estudantil, à cultura, ao esporte, às adaptações curriculares, combate à violência e discriminações e à redução das desigualdades sociais no ambiente acadêmico.
- Contratação de psicólogos e assistentes sociais de forma proporcional ao número de alunos.
- Incluir na reforma uma revisão curricular e paradigmática, que vincule conteúdos, pesquisas e atividades das universidades de acordo com uma orientação à solução de problemas sociais e ambientais.
- Diálogo com saberes tradicionais e populares, integrando-os com a ciência, integrando conteúdos sobre relações étnico-raciais, gênero, ambiente e território.
- Aprofundar a função social da universidade, ampliando o seu papel no seio da sociedade brasileira. Construindo pontos de interseção entre a universidade e os espaços da atuação

da sociedade civil organizada, como os movimentos sociais e populares.

- Fortalecer e ampliar as redes de cursinhos populares preparatórios para o ENEM.
- Implementar o Projeto Milton Santos como política nacional para tornar a extensão universitária estruturante, vinculado à curricularização da extensão, conectando a universidade aos territórios periféricos e tradicionais
- Articular o Projeto Milton Santos aos planos de desenvolvimento territorial e às políticas públicas voltadas aos direitos sociais.

PAUTA 5 - Proteger as cotas e tornar assistência estudantil como política de Estado: consolidar e expandir o PNAES

A Lei de Cotas, aprovada em 2012 e revista em 2023, transformou a universidade brasileira: em 2022, pela primeira vez na história, a maioria das pessoas negras alcançou o ensino superior público. Esse avanço histórico segue sob ataque permanente de setores conservadores no Congresso e na sociedade, com tentativas reiteradas de revisão restritiva. Ao mesmo tempo, o ingresso resolve apenas metade do problema: a permanência segue como gargalo. O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é a política federal mais importante de assistência estudantil, tendo sido finalmente transformada em política de estado com a Lei Federal 14.914/2024. No entanto, ainda segue sujeita a contingenciamentos, com valor per capita insuficiente e cobertura limitada às IFES. Estudantes trans, indígenas, quilombolas e PCDs ainda enfrentam barreiras estruturais. Sem cotas blindadas e assistência estudantil robusta, o sistema brasileiro continuará produzindo evasão entre os filhos e filhas dos trabalhadores que pela primeira vez chegaram à universidade.

COMO:

- Defender intransigentemente a Lei de Cotas e ampliar suas modalidades, com cotas trans/travestis, vestibulares indígenas e quilombolas em todo o país, e políticas plenas de acessibilidade e permanência para PCDs com editais específicos, com a perspectiva do fim do vestibular.
- Estender as cotas à pós-graduação em todo o sistema federal.
- Publicar com urgência a regulamentação do PL 14.914/2024, com orçamento mínimo vinculado, correção anual garantida e repasses semestrais calculados conforme a realidade de cada universidade.
- Universalizar os Restaurantes Universitários em todos os campi, expandir as moradias estudantis e criar programa nacional de auxílio aluguel para estudantes deslocados de sua cidade de origem.
- Criar a modalidade do Pé-de-Meia para estudantes do ensino superior, especialmente

cotistas e bolsistas de baixa renda.

- Construir um Plano Estadual de Assistência Estudantil para as universidades estaduais do Estado do Paraná.
- Estruturar o currículo dos cursos e a organização de atividades também como pilares estruturantes da permanência, ajudando a reduzir dificuldades pré-existentes sobretudo entre os ingressantes e criando um ambiente de melhor socialização entre os estudantes.

PAUTA 6 - Fortalecimento da ciência e tecnologia, retomada de programas de intercâmbio e internacionalização acadêmica

Ciência e Tecnologia é um eixo estratégico para construção de um país mais justo e soberano e as universidades são os centros propulsores dessa agenda. É fundamental ampliar investimentos e melhorar a coordenação entre projetos de Pesquisa & Desenvolvimento com objetivos gerais do governo, o setor produtivo e as demandas da sociedade. A internacionalização da pesquisa e da formação universitária é condição estratégica para o desenvolvimento nacional e a soberania científica. O programa Ciência sem Fronteiras, criado em 2011, promoveu mais de 90 mil bolsas de intercâmbio em sua primeira edição, contribuindo para a formação de uma geração de pesquisadores conectados às fronteiras do conhecimento. Sua extinção em 2017 e o desmonte das agências de fomento durante o governo Bolsonaro, que cortou mais de 70% do orçamento real do CNPq, interromperam essa trajetória e isolaram a ciência brasileira em um momento em que a disputa global por tecnologias estratégicas se intensifica. As bolsas de pós-graduação ficaram defasadas por quase uma década. A internacionalização também não pode reproduzir desigualdades: precisa incluir estudantes negros, indígenas, periféricos, mulheres e LGBTQIA+, fortalecer o intercâmbio Sul-Sul, especialmente com a América Latina, África e os BRICS, e construir uma ciência brasileira forte e solidária.

COMO:

- Recompôr os orçamentos do CNPq, CAPES, FINEP e demais agências de fomento, garantindo o investimento de 2% do PIB em ciência e tecnologia, garantindo a aplicação de 25% do Fundo Social do Pré-sal para ciência e tecnologia.
- Reajustar as bolsas de iniciação científica e pós-graduação e criar mecanismo permanente de correção anual.
- Ampliar editais de internacionalização para a graduação, com foco em estudantes cotistas e de baixa renda, e recriar o Ciência sem Fronteiras em nova versão ampliada e democrática, com prioridade às áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional, a soberania tecnológica e a transição energética.

- Fortalecer o programa CAPES-Print e os acordos bilaterais e multilaterais de intercâmbio, com financiamento estável e bolsas integralmente reajustadas.
- Priorizar a integração acadêmica Sul-Sul, especialmente com universidades latino-americanas, africanas e dos BRICS.

PAUTA 7 - Regulação do ensino privado e combate à mercantilização: Criação do INSAES, Política de alimentação e Perdão da dívida estudantil

A financeirização do ensino superior brasileiro entregou cerca de 80% das matrículas a grandes conglomerados educacionais, frequentemente atrelados ao capital estrangeiro, que transformaram a educação em mercadoria e o aluno em um mero ativo financeiro. Esse modelo predatório, operando à revelia de um órgão estatal regulador forte e independente, proliferam cursos à distância de baixíssima qualidade em áreas sensíveis e impõe reajustes e taxas abusivas para a emissão de documentos básicos. As maiores vítimas dessa desregulamentação são os estudantes das instituições privadas, majoritariamente jovens trabalhadores, negros, periféricos e mulheres, que enfrentam não apenas a completa ausência de políticas de permanência estudantil, mas também a severa insegurança alimentar, uma vez que são desprovidos de assistências básicas como os Restaurantes Universitários. Sabendo que fome e aprendizado são incompatíveis, essa precarização aprofunda as desigualdades, um cenário violentamente agravado pela distorção do FIES. Ao utilizarem o programa para inflar mensalidades sem contrapartidas reais, essas instituições geraram uma legião de mais de um milhão de estudantes inadimplentes e aprisionados em dívidas impagáveis, frustrando os projetos de vida de famílias de baixa renda. Embora a renegociação propiciada pelo programa Desenrola represente um avanço essencial, é urgente que o Estado assuma seu dever constitucional de regular e frear a mercantilização do ensino, garantindo dignidade, proteção e um futuro real à juventude.

COMO:

- Criar, com urgência, o Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior (INSAES), já aprovado em lei, como órgão público autárquico responsável por fiscalizar, regular e garantir padrões mínimos de qualidade nos cursos presenciais e a distância, tanto no setor privado quanto no público.
- Aprovar marco regulatório do EaD limitando sua expansão em áreas sensíveis como saúde, formação de professores e direito, com critérios rigorosos de qualidade e exigência mínima de carga horária presencial.
- Proibir, por lei federal, a cobrança de taxas extras para emissão de diplomas, históricos e demais documentos acadêmicos obrigatórios.
- Exigir transparência das IES privadas que operam com recursos públicos via FIES e

ProUni, com publicação de balanços e indicadores de qualidade.

- Reorganizar o ProUni e o FIES vislumbrando a transição de vagas para as universidades públicas, evitando repasses ao capital privado sem contrapartidas de qualidade e permanência.
- Coibir práticas anticoncorrenciais e fusões abusivas, e reverter a desnacionalização no setor por meio de novas regulamentações e articulação com o CADE.
- Criar uma Política Nacional de Alimentação Estudantil para o ensino superior privado, onde as universidades privadas oferecem refeições subsidiadas ou gratuitas para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, em particular beneficiários do ProUni e do FIES.
- Vincular benefícios fiscais e isenções tributárias das IES privadas (ProUni, filantropia) ao oferecimento de refeições subsidiadas.
- Construir convênios entre municípios, IES privadas e equipamentos públicos de segurança alimentar (restaurantes populares e cozinhas comunitárias) que ampliem o acesso à alimentação digna para a juventude estudantil.
- Fortalecer o PNAE e o PAA articulados ao ensino superior, com compras institucionais da agricultura familiar e da economia solidária.
- Manter e reforçar a política de perdão de dívidas estudantis a partir do Desenrola 2.
- Regulamentar limites para juros, multas e práticas abusivas de cobrança no setor educacional privado, com proteção do estudante consumidor por meio de marco legal específico.
- Garantir mecanismos públicos de mediação e repactuação das dívidas, com participação obrigatória das IES e do FIES.
- Reformular o FIES para vincular juros e prazos à capacidade econômica do estudante e ampliar mecanismos de contrapartida para as instituições em relação à qualidade do ensino, democracia e permanência estudantil.

PAUTA 8 - Direito à cidade e mobilidade estudantil

O acesso à educação também depende do direito à cidade e da garantia de mobilidade. Milhões de estudantes brasileiros enfrentam longos deslocamentos diários, altos custos de transporte e dificuldades de acesso à cultura, esporte e lazer. Para a juventude periférica e trabalhadora, o transporte é muitas vezes um dos principais fatores de evasão escolar e universitária. A luta histórica do movimento estudantil pelo passe livre, pela meia-entrada e pelo direito à circulação nas cidades continua atual diante do aumento do custo de vida urbano e da desigualdade territorial brasileira.

COMO:

- Defender a política da tarifa zero para toda a população, durante todos os dias da semana, combinada à implementação progressiva do passe livre estudantil universal em caráter de urgência.
- Garantir o direito à meia-entrada estudantil em atividades culturais, esportivas e de lazer.
- Integrar políticas de mobilidade urbana às políticas de permanência estudantil.
- Criar programas de apoio ao deslocamento intermunicipal e interestadual de estudantes de baixa renda, inclusive com auxílio sazonal para estudantes durante períodos de férias e feriados prolongados.
- Fortalecer o Voa Brasil para estudantes universitários em situação de vulnerabilidade.

EIXO 3: TRABALHO, SOBERANIA NACIONAL, ECONOMIA E O PÓS-UNIVERSIDADE

PAUTA 1 - Soberania e Inovação: Integração da Nova Indústria, Ciência Nacional e Gestão de Minerais Críticos

O Brasil amarga décadas de uma severa desindustrialização que reduziu a participação da indústria de transformação no PIB de 23% nos anos 1980 para meros 11% em 2023, aprofundando nossa dependência tecnológica e ceifando a geração de empregos qualificados capazes de absorver os egressos universitários. Esse cenário de subdesenvolvimento é agravado pela ausência de uma política estratégica para as nossas imensas riquezas minerais, essenciais à transição energética, como nióbio, lítio e terras raras. Ao invés de impulsionar a soberania nacional frente às pressões de potências estrangeiras, o país cede à exploração desenfreada da iniciativa privada, limitando-se a exportar minério bruto e importar tecnologia a preços exorbitantes. É urgente reverter essa lógica de subordinação, pois a pandemia evidenciou que não há desenvolvimento e autonomia sem capacidade científica, tecnológica e produtiva própria. Embora iniciativas como o programa Nova Indústria Brasil representem um avanço, elas exigem aprofundamento e blindagem contra contingenciamentos fiscais. O resgate da soberania exige, incondicionalmente, a reindustrialização do país e o reposicionamento de instituições estratégicas, como Petrobras, Embrapa, Fiocruz, Butantan, INPE e universidades públicas, no centro de um projeto nacional de futuro.

COMO:

- Garantir financiamento estável e expansão do programa Nova Indústria Brasil, com metas mensuráveis para os setores de transição energética, saúde, defesa, economia digital e bioeconomia.
- Vincular os investimentos do BNDES aos processos de reindustrialização e geração de empregos formais nos setores estratégicos brasileiros, a partir das empresas estatais e impedir a utilização de seus recursos no financiamento de projetos de privatização, através do Plano de Parcerias e Investimentos (PPI) e do Plano Nacional de Desestatização (PND), como tem ocorrido com privatização de escolas, no Paraná e em São Paulo, de presídios, como no Complexo de Erechim, nos sistemas metroviários, como em MG e PE, entre outros casos.
- Estabelecer parcerias obrigatórias entre universidades públicas, institutos de pesquisa e pólos industriais estratégicos, transformando a produção científica em inovação aplicada ao desenvolvimento do país, com ênfase nos polos industriais estatais.

- Criar a Terrabrás como empresa estatal estratégica, responsável pela pesquisa, exploração, beneficiamento e desenvolvimento da cadeia produtiva de minerais críticos e terras raras no Brasil.
- Regular a lavra e produção desses minerais por lei federal, garantindo que as riquezas nacionais sirvam ao desenvolvimento científico, social, industrial e tecnológico do país, com geração de empregos de qualidade e agregação de valor em território nacional.
- Proibir concessões em minerais estratégicos ao capital estrangeiro sem contrapartidas nacionais expressas em tecnologia, emprego e parceria com universidades e institutos de pesquisa públicos, sempre observando a preservação ambiental e o respeito à autonomia dos povos originários em seus territórios.
- Criar mecanismos de participação social, respeitando as populações e comunidades locais, assim como proteção ambiental e ecológica.
- Envolver as universidades e institutos de pesquisa como instituições fundamentais para impulsionar pesquisa e inovação no beneficiamento de minerais críticos, tecnologia para transição energética e outros temas relacionados.
- Fortalecer empresas públicas estratégicas e ampliar sua capacidade de investimento em inovação, pesquisa e geração de empregos qualificados.
- Retomar investimentos em institutos públicos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.
- Criar programas de integração entre universidades, institutos de pesquisa e cadeias produtivas estratégicas.
- Ampliar o financiamento público para ciência, tecnologia e inovação com prioridade para áreas estratégicas como transição energética, saúde, defesa, inteligência artificial e bioeconomia.
- Garantir concursos públicos e valorização profissional para pesquisadores, técnicos e trabalhadores da ciência.
- Retomar concursos públicos e recompor quadros técnicos do Estado, especialmente nas áreas de educação, saúde, ciência, cultura, meio ambiente e planejamento.

PAUTA 2 - Defesa da democracia: sem anistia, reforma política popular e fim do orçamento secreto

A tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023, culminação de um processo de erosão democrática alimentado por Bolsonaro e seus aliados, não pode ficar impune. Sem justiça não há democracia consolidada. A extrema direita permanece organizada, com bases econômicas, políticas e ideológicas enraizadas nas instituições. A defesa da democracia exige a

responsabilização efetiva dos golpistas, o combate às milícias digitais e o fortalecimento das instituições democráticas, especialmente sob ameaça de pressões externas, como as tentativas de interferência dos Estados Unidos nos processos judiciais brasileiros. Além disso, o orçamento secreto e as emendas parlamentares impositivas sequestram mais de um terço dos recursos discricionários da União, distribuídos sem transparência como moeda de troca entre o Executivo e as bancadas do Boi, das BETs e da Bíblia e da Bala. O sistema político brasileiro concentra poder nos partidos, afasta os cidadãos das decisões e permite que interesses privados e corporativos capturem o Estado. Uma reforma política profunda e democrática é condição para que as eleições de 2026 produzam um Congresso comprometido com o povo.

COMO:

- Garantir o cumprimento dos processos judiciais contra os responsáveis, e seus cúmplices, pelo 8 de janeiro e pela tentativa de golpe, sem anistia e sem interferência política no Judiciário.
- Acabar com o orçamento secreto e reformar o regime das emendas parlamentares, garantindo transparência total, critérios técnicos de alocação e controle social sobre os recursos públicos.
- Avançar em uma reforma política que inclua financiamento exclusivamente público de campanhas eleitorais, medidas contra o abuso do poder econômico nas eleições, fortalecimento da representação proporcional e criação de mecanismos de participação popular direta (como o plebiscito, orçamento participativo e iniciativas populares de lei) no cotidiano da política nacional.
- Defender a regulamentação das redes sociais e das plataformas digitais, responsabilizando as Big Techs pela disseminação de desinformação e pelo financiamento de milícias digitais que ameaçam a democracia.

PAUTA 3 - Avançar na tributação dos super-ricos e revisar as desonerações fiscais

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. Segundo o Relatório da Distribuição Pessoal da Renda e da Riqueza da População Brasileira (SPE/Ministério da Fazenda, dados do IRPF 2023), os super-ricos concentram uma fatia desproporcional da riqueza nacional enquanto trabalhadores assalariados pagam proporcionalmente mais impostos do que milionários. A reforma do Imposto de Renda, sancionada em novembro de 2025 e em vigor desde janeiro de 2026, representa uma conquista importante, mas é preciso avançar ainda mais sobre a concentração de renda existente no país. Ao mesmo tempo há uma distorção na concessão de isenções tributárias no Brasil. O governo federal abre mão de cerca de R\$544 bilhões por ano em desonerações fiscais, sendo que apenas 47 empresas concentraram R\$120,7 bilhões em

benefícios tributários entre janeiro de 2024 e fevereiro de 2025.

COMO:

- Ampliar a tributação de lucros e dividendos para além dos 10% aprovados, elevando progressivamente as alíquotas sobre ganhos extraordinários, participações acionárias e heranças de grande valor.
- Criar uma política de tributação dos Bancos, Bets e Big Techs.
- Criar tributação específica sobre ganhos de capital e rendimentos financeiros de alta renda, fechando as brechas que permitem aos super-ricos pagar proporcionalmente menos que os trabalhadores assalariados.
- Revogar sistematicamente as desonerações fiscais concedidas a setores altamente lucrativos (especialmente agronegócio e setor financeiro), retirando benefícios ineficientes e ampliando contrapartidas sociais às isenções.
- Apoiar o Plebiscito Popular pela taxação dos super-ricos e pelo fim da escala 6×1, construído pela UNE e movimentos sociais como instrumento de mobilização e democratização das decisões sobre o orçamento público.

PAUTA 4 - Uma política econômica a serviço do desenvolvimento: redução da taxa de juros e ampliação de investimentos sociais

O Brasil chegou em 2025 à segunda maior taxa de juros reais do mundo, com a Selic a 15%, o maior valor em 20 anos. Em 2024, o país destinou R\$950,4 bilhões ao pagamento de juros da dívida pública, equivalente a 8,05% do PIB e 27 vezes o orçamento total de todas as universidades federais. Cada ponto percentual de aumento na Selic retira cerca de R\$50 bilhões dos cofres públicos, que são drenados para o rentismo enquanto faltam recursos para educação, saúde e ciência. Os juros altos são um mecanismo de transferência de renda dos trabalhadores para o sistema financeiro e um obstáculo central ao desenvolvimento nacional.

COMO:

- Defender a redução urgente da Selic e uma política monetária comprometida com o desenvolvimento nacional, o pleno emprego e a redução das desigualdades.
- Combater a autonomia Banco Central, garantindo que a política monetária seja coordenada pelo governo federal e tenha como parâmetro as metas sociais e de desenvolvimento do país.
- Romper com medidas e políticas fiscais e monetárias restritivas, como o tripé macroeconômico (superávit primário, meta de inflação e câmbio flutuante) e o Novo Arcabouço Fiscal (NAF), que dificultam o investimento público necessário para educação, ciência, tecnologia e infraestrutura.

- Mobilizar a juventude e a sociedade para cada reunião do COPOM, tornando a política de juros tema de debate público permanente.
- Realizar uma auditoria popular da dívida pública, investigando possíveis ilegalidades no pagamento de juros abusivos.

PAUTA 5 - Recuperação e fortalecimento de empresas estatais e da capacidade de planejamento do Estado

Os governos Temer e Bolsonaro privatizaram ou desnacionalizaram parte relevante do patrimônio público brasileiro: como ocorreu com a venda da Petrobrás e o desmonte de parte importante da Petrobras e no Paraná a venda da Copel e a tentativa recente de venda da Celepar. O resultado foi a destruição de instrumentos essenciais de planejamento nacional, a perda de dividendos que financiavam políticas públicas e a transferência de ativos estratégicos para o controle de grupos econômicos privados, muitas vezes estrangeiros. Sem empresas estatais fortes, o Estado perde capacidade de guiar o investimento, regular mercados e garantir serviços essenciais com qualidade e preço justo.

COMO:

- Defender a reestatização das empresas privatizadas nos setores estratégicos, especialmente na energia, saneamento e distribuição de água. Fortalecer a Petrobrás como empresa estatal sob controle nacional, com preços que reflitam o interesse do povo brasileiro e não apenas a paridade internacional.
- Fortalecer o Ministério do Planejamento assegurando capacidade de coordenar a política industrial, científica e de desenvolvimento regional.
- Garantir que as estatais existentes sejam fortalecidas com gestão pública eficiente, transparente e comprometida com o desenvolvimento nacional e a geração de empregos de qualidade.

PAUTA 6 - Transição ecológica com justiça Climática e defesa da Amazônia soberana

A crise climática é a maior ameaça à vida no planeta e o Brasil sediou em 2025 a COP 30 em Belém, com responsabilidade histórica de liderar pelo exemplo. O desmatamento da Amazônia e o avanço do agronegócio predatório sobre os biomas brasileiros são crimes contra as futuras gerações. O PL da Devastação (PL 2159/21), ao flexibilizar o licenciamento ambiental, escancarou portas para mais destruição. A juventude, que viverá as piores consequências da crise climática, precisa de candidatos comprometidos com a transição ecossocial justa e com a proteção dos povos originários e comunidades tradicionais.

COMO:

- Reverter o PL da Devastação e fortalecer os órgãos de fiscalização ambiental, como

IBAMA, INPE e FUNAI.

- Investir em política industrial verde, energias renováveis, transição energética justa e agroecologia, conectando esses programas às universidades e institutos federais.
- Criar um Plano Nacional de Pesquisa Universitária para a Transição Justa, integrando produção científica com os desafios do colapso climático.
- Defender os territórios indígenas e as comunidades quilombolas como guardiões fundamentais dos biomas brasileiros, construindo integração entre saberes tradicionais, universidades e institutos de pesquisa e desenvolvimento industrial.
- Defender e lutar pela Reforma Agrária popular como combate à exploração desenfreada e resposta à crise climática e aos seus efeitos desiguais.

PAUTA 7 - Política externa soberana, integração Sul-Sul e solidariedade internacional

O Brasil precisa ocupar seu lugar no mundo como voz soberana, solidária e comprometida com uma ordem internacional mais justa. O retorno de Trump ao poder e a escalada tarifária contra países que ousam resistir às pressões norte-americanas revelam o caráter imperial de uma ordem que trata a América Latina como quintal. Ao mesmo tempo, o genocídio do povo palestino, realizado por Israel, é uma violação inaceitável do direito internacional que demanda posição firme do Brasil. Um sistema monetário e financeiro hegemonizado pelo dólar, concentra poder econômico de forma desproporcional e serve de ferramenta para uma lógica de domínio imperialista, portanto a desdolarização e a construção de plataformas e meios de pagamento multilaterais é também um caminho importante para uma relação mais justa entre as nações. O fortalecimento dos BRICS, da integração latino-americana e da cooperação Sul-Sul são caminhos concretos para a soberania.

COMO:

- Romper as relações diplomáticas e militares com Israel enquanto perdurar o genocídio do povo palestino e as violações do direito internacional.
- Fortalecer os BRICS e a construção de alternativas ao sistema financeiro internacional dominado pelo dólar.
- Aprofundar a integração política, econômica, científica e cultural da América Latina, com prioridade para os países que compartilham projetos progressistas.
- Expandir programas de intercâmbio universitário e cooperação científica com os países do Sul Global.
- Prestar solidariedade e apoio institucional à Cuba, incluindo envio de bens essenciais, como petróleo.

PAUTA 8 - Regulação das redes sociais e democratização da comunicação

A extrema direita é alimentada e organizada por milícias digitais e algoritmos das Big Techs que monetizam o ódio, a desinformação e a polarização. O controle da subjetividade pelas plataformas digitais é uma nova forma de dominação ideológica que ameaça a democracia e a saúde mental da juventude. No Brasil, a ausência de regulamentação efetiva permite que bilionários estrangeiros interfiram na política nacional, bloqueiem processos judiciais e impeçam a responsabilização de figuras públicas que incitam o ódio. A democratização da comunicação é condição para uma democracia mais ampla.

COMO:

- Aprovar legislação federal de regulamentação das plataformas digitais, com responsabilização por algoritmos que amplificam desinformação e discurso de ódio, transparência sobre critérios de moderação e obrigações de contribuição para um Fundo Nacional de Comunicação Pública.
- Fortalecer a EBC, a TV Brasil e demais veículos de comunicação pública com financiamento estável e autonomia editorial.
- Criar um marco regulatório para o domínio da internet no Brasil que proteja a soberania digital nacional.
- Apoiar a formação de jornalismo comunitário e de mídia popular como instrumentos de democratização da informação.

PAUTA 9 - Fortalecimento do SUS, da pesquisa universitária em saúde e do complexo econômico-industrial da saúde

Maior política de inclusão social do Brasil e pilar da soberania nacional, o Sistema Único de Saúde (SUS) orquestrou a mais ampla campanha de imunização da nossa história durante a pandemia de COVID-19, resistindo bravamente ao descaso de um governo negacionista. Esse êxito foi indissociável da excelência da pesquisa universitária pública, que concentra a esmagadora maioria da produção biomédica do país, e da atuação de instituições como Fiocruz e Butantan na viabilização de vacinas essenciais, a exemplo da CoronaVac e da vacina de Oxford. Apesar dessa relevância inquestionável e da urgência de novas demandas para a nossa geração, como o avanço alarmante da depressão e do suicídio, a saúde pública amarga um subfinanciamento crônico. Enquanto nações com sistemas universais semelhantes aplicam entre 7% e 9% do PIB na área, o Brasil restringe seus investimentos a cerca de 4%. Superar essa defasagem orçamentária é vital não apenas para garantir o acolhimento necessário em saúde mental, mas também para fortalecer o complexo econômico e industrial do setor, que deve ser estrategicamente assumido pelo Estado como uma poderosa alavanca de desenvolvimento nacional.

COMO:

- Ampliar o investimento em projetos de parceria em pesquisa, desenvolvimento e inovação na área da saúde com universidades públicas e institutos de pesquisa.
- Aprofundar o Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS) como eixo importante da neo-industrialização brasileira, com metas de internalização e fortalecimento de instituições como Fiocruz, Butantan, Hemobrás e Bio-Manguinhos.
- Usar o poder de compra do SUS como política industrial, condicionando aquisições a transferência de tecnologia e parcerias com universidades;
- Criação de um Plano Nacional de Pesquisa Universitária em Saúde Pública articulando hospitais universitários e pós-graduação;
- Criação da Política Nacional de Saúde Mental da Juventude com expansão dos CAPS, atendimento psicossocial nas escolas e universidades, e defesa de um modelo antimanicomial.

PAUTA 10 - Plano Nacional de Empregabilidade Juvenil e geração de empregos qualificados

O Brasil ampliou significativamente o acesso ao ensino superior nas últimas décadas, mas não construiu, na mesma proporção, uma estrutura produtiva capaz de absorver essa nova geração de graduados em empregos qualificados. A desindustrialização, a reprimarização econômica e o enfraquecimento da capacidade de planejamento do Estado produziram um cenário de desemprego, informalidade e subutilização da formação universitária. Dados do IBGE demonstram que a juventude continua sendo o grupo mais afetado pelo desemprego e pela precarização do trabalho, enquanto pesquisas do IPEA apontam crescimento da sobrequalificação e da ocupação de graduados em empregos de baixa complexidade. Sem desenvolvimento produtivo, política industrial e fortalecimento da ciência nacional, o diploma universitário deixa de representar segurança e perspectiva de ascensão social.

COMO:

- Construir um Plano Nacional de Empregabilidade Juvenil articulado à política industrial, à inovação tecnológica e ao fortalecimento da economia nacional, com ênfase para os recém-formados.
- Ampliar os investimentos da Nova Indústria Brasil vinculando financiamento público à geração de empregos formais, qualificados e com direitos trabalhistas garantidos.
- Criar programa nacional de primeiro emprego qualificado para recém-formados de universidades públicas e privadas, articulado às áreas estratégicas do desenvolvimento nacional.

- Fortalecer a integração entre universidades, institutos federais, centros públicos de pesquisa e setores estratégicos da economia nacional.
- Priorizar jovens negros, mulheres, indígenas, periféricos e LGBTQIA+ em programas de primeiro emprego e qualificação profissional.
- Criar o Programa Nacional de Residências Universitárias.

PAUTA 11 - Nova Lei do Estágio e proteção da juventude trabalhadora

O estágio, que deveria representar uma etapa fundamental de formação prática e profissional, foi deturpado e atua hoje como um mecanismo de substituição precária e ilegal do emprego formal. Marcado por jornadas incompatíveis com a vida acadêmica, remunerações irrisórias e ausência de direitos básicos, o modelo atual transformou-se em um nítido instrumento de exploração da juventude trabalhadora. Essa realidade é aprofundada pela defasagem da atual Lei de Estágio (Lei 11.788/2008), que não acompanha as novas dinâmicas trabalhistas nem a atual composição demográfica das universidades brasileiras, mantendo lacunas que permitem abusos sistemáticos contra os estudantes mais vulneráveis. O cenário se agrava frente à crise socioeconômica que, em 2024, deixou 18,5% dos jovens entre 14 e 29 anos sem trabalho, empurrando uma geração inteira para a informalidade, o subemprego e a plataformização. Tal precarização afeta de maneira ainda mais severa a juventude negra, periférica, indígena e LGBTQIA+, que historicamente enfrenta barreiras adicionais e estruturais para acessar um primeiro emprego digno. Diante dessa conjuntura, é urgente e imperativo que a transição entre a academia e o mercado de trabalho seja mediada e protegida pela atuação do Estado, por meio de políticas públicas contundentes que sejam capazes de assegurar direitos, formação adequada e oportunidades reais de dignidade.

COMO:

- Aprovar os projetos de Lei 1587/26 e 6350/25 em tramitação no Senado e na Câmara, que criam uma nova Lei do Estágio construída em diálogo com o movimento estudantil e entidades representativas da juventude.
- Garantir remuneração obrigatória e direitos trabalhistas/previdenciários para todos os estágios, com reajustes de acordo com o salário mínimo.
- Assegurar direitos básicos como transporte, alimentação e jornada compatível com a vida acadêmica.
- Fortalecer mecanismos de fiscalização contra substituição ilegal de empregos formais por estagiários.
- Lutar pela superação da dependência de empresas privadas mediadoras dos estágios, função que deveria ser feita pelo Estado, sobretudo nos casos de estágios entre

universidades e instituições públicas.

PAUTA 12 - Fim da escala 6×1, valorização do salário mínimo e combate à precarização do trabalho

A Reforma Trabalhista de 2017 representou um profundo retrocesso que precarizou as relações de trabalho, retirou direitos históricos, ampliou a terceirização irrestrita e o trabalho intermitente, além de enfraquecer sistematicamente o movimento sindical. Esse desmonte estrutural atinge de forma implacável a juventude, que hoje é condenada a jornadas exaustivas, baixos salários e uma insegurança crônica. O avanço da informalidade, somado à "pejotização" e à exploração por aplicativos, aprisionou uma geração inteira no cansaço constante e sem qualquer horizonte de estabilidade. O reflexo mais alarmante dessa crise é evidenciado pelos dados do DIEESE, que apontam 8,9 milhões de jovens sem trabalho e fora da escola no segundo trimestre de 2025, a despeito das eventuais quedas nos índices de desemprego formal. Para reverter esse cenário de exploração extrema, a mobilização pelo fim da escala 6x1 e a garantia de uma valorização real e permanente do salário mínimo mostram-se inadiáveis. Muito além de serem instrumentos vitais e eficazes para o crescimento econômico e a distribuição de renda, essas pautas representam uma defesa inegociável da saúde mental e da qualidade de vida. Trata-se da luta pelo direito essencial ao tempo livre, imprescindível para que a classe trabalhadora possa finalmente acessar o estudo, a cultura, o convívio e a plena participação social.

COMO:

- Aprovar o fim da escala 6×1 e redução da jornada de trabalho, sem redução de salário e com validade imediata, garantindo mais tempo de vida, estudo e descanso para a juventude trabalhadora, em consonância com a proposta construída pelo movimento estudantil e popular.
- Assegurar a manutenção da Lei 14.663/2023, sancionada pelo governo Lula, que garante o aumento real do salário mínimo, com política de valorização permanente que supere a inflação e amplie o poder de compra dos trabalhadores.
- Revogar a Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista de 2017.
- Fortalecer o abono salarial, o BPC (facilitando o acesso e também garantindo que não seja afetado por outros auxílios) e os pisos constitucionais da saúde e da educação.
- Fortalecer a fiscalização trabalhista e mecanismos de proteção da juventude trabalhadora.
- Criar políticas específicas de proteção social para trabalhadores de aplicativos e plataformas digitais.

PAUTA 13 - Formação Integral da Juventude: Cultura, Esporte, Memória e Identidade

Estudantil

A formação universitária não pode ser reduzida a uma engrenagem técnica e mercadológica. Cultura, esporte, ciência e participação política são pilares inegociáveis para a formação humana, a construção da consciência crítica e a efetivação da permanência estudantil. Em um cenário adoecedor, marcado pelo avanço do individualismo, da hiperconectividade e da mercantilização da própria vida, a ausência de políticas estruturadas nessas áreas aprofunda as desigualdades e esvazia a experiência acadêmica, castigando especialmente os estudantes de baixa renda. Fomentar esses espaços de convivência coletiva vai muito além de promover o bem-estar e a saúde mental; trata-se de um ato de resistência que fortalece os vínculos comunitários, a identidade da juventude e a própria democracia. Portanto, é imperativo que a universidade assuma seu papel como um polo pulsante de produção cultural, valorização da diversidade brasileira e pensamento crítico, recusando-se a atuar como um mero balcão de treinamento voltado exclusivamente às demandas do capital.

COMO:

- Criar uma Política Nacional de Esporte Universitário com financiamento permanente.
- Garantir recursos públicos para participação estudantil em eventos científicos, culturais e esportivos nacionais e internacionais.
- Fortalecer a cultura universitária por meio de editais, bolsas e programas permanentes de extensão artística e cultural.
- Ampliar programas de intercâmbio acadêmico e científico para estudantes de baixa renda, cotistas e periféricos.
- Integrar políticas de cultura, esporte e saúde mental às políticas de assistência estudantil e permanência universitária.
- Apoiar cineclubes, festivais, centros culturais, universitários e iniciativas artísticas estudantis.
- Valorizar a memória do movimento estudantil brasileiro.

TERMO DE COMPROMISSO

Eu, _____, candidato(a) ao cargo de _____ pelo partido _____, assumo publicamente o compromisso de defender, pautar e integrar ao meu mandato as propostas e diretrizes estabelecidas na **Plataforma Eleitoral de 2026 da União Paranaense dos Estudantes (UPE) e da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (UPES)**.

Ao assinar este termo, firmo meu compromisso integral com o projeto de educação e desenvolvimento detalhado no documento oficial das entidades, comprometendo-me a atuar em defesa dos seus eixos estruturantes - Defesa da escola pública, fortalecimento do Ensino Superior, da Ciência e Tecnologia, recomposição orçamentária e ampliação da assistência estudantil, na defesa da Soberania Nacional e do trabalho digno para a juventude.

Comprometo-me a manter o diálogo aberto com o movimento estudantil e a atuar no parlamento e/ou no poder executivo para aprovar as leis, orçamentos e políticas públicas exigidas pela juventude para a construção de um Paraná e de um Brasil mais justos, soberanos e democráticos.

Local e Data: _____, ____ de _____ de 2026

Assinatura do Candidato